

## **A DÍVIDA EXTERNA E O MERCOSUL - A DÍVIDA EXTERNA COMO PROBLEMÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCOSUL**

**João Hélio Ferreira Pes\***

**Resumo:** Este artigo trata da dívida externa brasileira, analisando a sua origem e o seu crescimento, assim como da dívida externa dos demais países que integram o Mercosul. Correlaciona-se o endividamento elevadíssimo desses países com as dificuldades na consolidação do Mercosul, conseqüência da dependência externa gerada pela dívida, que faz com que as políticas internas de cada país sejam elaboradas pelos organismos internacionais sem que sejam priorizadas as políticas de integração.

**Palavras-chave:** dívida externa; desenvolvimento econômico; política integracionista; Mercosul.

### **1 Introdução**

A dívida externa dos países do terceiro mundo tem sido um dos grandes entraves para o desenvolvimento econômico dessas nações e por, conseqüência, uma das causas provocadoras de exclusão social que atinge milhões de seres humanos.

Os países integrantes do Mercosul, assim como os países em desenvolvimento dos demais blocos econômicos, também são vítimas dessa situação, pois, ao serem devedores de vultosas quantias, passam a ser dependentes de políticas traçadas pelos organismos internacionais e pelas grandes potências, que não têm

---

\* Bacharel em Ciências Econômicas pela UFSM, mestrando em Integração Latino-Americana pela UFSM.

compromissos com o desenvolvimento econômico endógeno e muito menos com as populações de cada país.

A pretensão deste texto é de contribuir com a discussão atualizadíssima, mas também permanente, da problemática acerca da dívida externa, analisando a origem e o crescimento da dívida brasileira, que não é diferente da realidade dos demais países em vias de desenvolvimento, especialmente os da América Latina, concluindo com uma análise sobre os efeitos provocados pelo endividamento externo no desenvolvimento da política integracionista, almejada na criação do Mercosul.

## **2 Origem e o crescimento da dívida externa brasileira**

A dívida externa do Brasil surgiu com o advento da chegada da família real portuguesa ao país em 1808, quando D. João VI, fugindo da invasão Francesa comandada por Napoleão, trouxe junto a dívida contraída pela Casa Real Portuguesa na Inglaterra. Já em 1822, por ocasião do acordo da independência, o Brasil assumiu a dívida da coroa portuguesa de 1,3 milhões de libras esterlinas, correspondente a 30% do valor de nossas exportações, o que equivale hoje a cerca de 15 bilhões de dólares (GONÇALVES & POMAR, 2000).

A dívida, sempre crescendo, em 1889, na Proclamação da República, era de 30,4 milhões de libras esterlinas e, em 1930, no fim da República Velha, era de 237,3 milhões de libras esterlinas, sendo que 64,5% eram empréstimos britânicos e 30,3% norte-americanos (BOUÇAS, 1950).

Grande parte da dívida contraída pelo Brasil nunca chegou ao nosso território, tendo ficado nos Estados Unidos, na Europa e,

mais recentemente, também no Japão, para pagar dívidas velhas. Das contraídas pelo Império junto a Londres, boa parte era para cobrir as comissões de credores e intermediários; posteriormente, para cobrir juros, incluídos nestes as altas taxas de risco.

Os governos no Brasil, sucessivamente, têm submetido o povo aos mais penosos sacrifícios visando cumprir integralmente com os compromissos externos. E esses compromissos, ou seja, as dívidas com os banqueiros e com os organismos internacionais, foram efetuadas de forma irresponsável e muitas vezes duvidosas. Em 1931, quando da primeira suspensão do pagamento, o ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, ao auditar o endividamento externo do Brasil, constatou que não havia contabilidade regular da dívida externa federal, sendo que faltava cópia de 60% dos contratos de empréstimos federais e os valores reais das remessas ao exterior também eram ignorados (BOUÇAS, 1950).

Desde o princípio, o crescimento da dívida brasileira foi constante, porém com mais intensidade a partir do golpe militar de 1964. A dívida, quando os militares assumiram o governo, era de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Nos primeiros anos, os ditadores endividaram o país relativamente pouco, no entanto, a partir de 1969, o endividamento cresceu rapidamente, chegando, em 1985, quando o último general deixou o governo, a passar de 100 bilhões de dólares (GONÇALVES & POMAR, 2000).

Antes de assumir a presidência da República, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, declarou ao Senado que estava “extremamente feliz com o fim do problema da dívida externa”. Ao preparar sua candidatura à presidência, noticiava a conclusão das negociações com os bancos estrangeiros e a adesão

ao chamado Plano Brady<sup>§§</sup>, que estava sendo negociado desde o final do governo Collor.

O acordo firmado pelo Brasil em 1994, com base nos princípios do Plano Brady, resultou em moderados descontos na dívida do setor público com bancos comerciais estrangeiros. No entanto, na prática representou um aumento significativo dos pagamentos em comparação com a situação anterior, quando o Brasil pagava 30% dos juros devidos, pois, com a entrada em vigor do acordo, substituiu-se a dívida velha por bônus que não permitem a capitalização dos juros.

Foi durante o primeiro governo Fernando Henrique que ficou consolidada a adesão do país à ortodoxia neoliberal, tarefa iniciada por Fernando Collor. Os principais pontos do “Consenso de Washington”<sup>\*\*\*</sup> foram ou estão sendo implementados pelo governo brasileiro.

As privatizações, realizadas durante os últimos governos, embora tenham produzido um abatimento contábil na dívida interna, aumentaram a dívida externa. Um exemplo disso é o caso da Vale do Rio Doce, que depois de privatizada, contraiu um empréstimo bilionário no exterior para participar da compra da Light, empresa estatal de energia elétrica. Além da dívida, cresceu o passivo externo do país, pois os proprietários estrangeiros de empresas privatizadas remetem lucros e dividendos para o exterior, sem falar em outras formas disfarçadas de remessa de capitais (BIONDI, 2000).

---

<sup>§§</sup> Nicholas Brady, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em 1989 apresentou um plano que previa a redução no valor da dívida externa, mediante a redução do principal ou das taxas de juros.

<sup>\*\*\*</sup> Consenso de Washington: a expressão surgiu num encontro, realizado na capital dos EUA em novembro de 1989, organizado pelo Banco Mundial, FMI e governo norte-americano para discutir políticas econômicas para a América latina.

A dívida externa do Brasil, que estava em 148 bilhões de dólares em 1994, passou para 234,6 bilhões de dólares em 1998, no final do 1º governo de Fernando Henrique. Neste mesmo período, o Brasil desembolsou cerca de 126 bilhões de dólares a título de juros e amortização da dívida externa. As despesas líquidas com juros, por exemplo, subiram de 8,2 bilhões de dólares em 1995 para 15,2 bilhões de dólares em 1999 (BATISTA JUNIOR, 2000).

O crescimento da dívida interna brasileira, ou seja, a dívida mobiliária federal, tem uma íntima ligação com o crescimento do passivo externo. Fernando Henrique, ao tomar posse, recebeu uma dívida interna de 62 bilhões de reais, que saltou para 432 bilhões de reais em 2000. As altas taxas de juros utilizadas para atrair capitais estrangeiros, além de elevar a dívida interna, sobrecarregam a atividade das empresas e pessoas que operam em reais, diferentemente das grandes empresas, que aproveitam o diferencial de juros internos e externos, tomam emprestado no exterior e aplicam no Brasil. A dívida externa destas empresas, mesmo sendo privadas, têm o Tesouro Nacional como garantidor por meio de títulos públicos com cobertura cambial. Essas dívidas provocam, também, um grande esforço de todo o país para obter os dólares necessários para pagá-las.

As medidas governamentais têm sido no sentido de garantir ao investidor estrangeiro que a dívida interna será honrada e que as exigências do FMI, de superávit fiscal, serão cumpridas. O receio permanente é de que os investidores abandonem os títulos do governo, transformem seus reais em dólares e saiam do país, gerando uma crise cambial. Para evitar isso, o governo faz cortes nos gastos sociais, amplia a cobrança de tributos e impostos, corta aposentadorias, privatiza estatais, concentra ainda mais a renda.

A dívida externa brasileira de 241,2 bilhões de dólares, registrada no final de 1999, equivale a 42% da riqueza que o Brasil

produz durante um ano inteiro. Em 1969, representava 11%, sendo que a relação Dívida Externa/PIB tem sido crescente (veja a Tabela 1). Assim, a dívida externa do Brasil, por ser cada vez mais significativa, está provocando problemas de toda ordem. Além dos problemas sociais, que afetam a população, provoca também problemas na política de consolidação do Mercosul, conforme será abordado na próxima parte deste artigo.

### **3 A dívida externa e o Mercosul**

Antes de o Tratado de Assunção ser assinado em 26 de março de 1991, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul), era impossível imaginar que Brasil e Argentina, países com rivalidades históricas, um dia poderiam fazer parte, juntos, de um projeto que pretende constituir um mercado comum entre quatro países. Porém, superadas as rivalidades, surgem outras dificuldades que atrasam a consolidação de cada etapa do acordado. Uma das principais é a elevada dívida externa dos países membros, principalmente Brasil e Argentina (ver Tabelas 2 e 3).

Dentre os problemas que dificultaram a aceleração do processo de integração estão os efeitos da dívida externa no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai. O endividamento externo acelerou a dependência externa e, principalmente, a perda de autonomia dos países pobres em definir as políticas econômicas internas, que passaram a ser definidas pelos “pilares da atual ordem capitalista”, ou seja, o G7, ou G8, o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o governo dos Estados Unidos.

O resultado dessa forma de resolver a problemática do endividamento dos países em desenvolvimento é conhecida: os países tornam-se cada vez mais dependentes do capital estrangeiro.

Por isso, é necessário encontrar outras saídas que sejam libertárias e, ao mesmo tempo, desoneradas para a população.

Hoje, estão surgindo novas propostas, com objetivos mais amplos, como a Taxa Tobin<sup>†††</sup> e até de uma “nova arquitetura” para a economia internacional. No entanto, os EUA, que teriam condições de reformar o mercado mundial, são os maiores beneficiários dessa atual “arquitetura”.

Há propostas de suspensão do pagamento da dívida externa, com auditoria para verificar o exato estado das contas e determinar o que pode ou deve ser pago. Há propostas, também, que defendem simplesmente o não-pagamento, com o argumento de que as taxas de juros flutuantes e a capitalização dos juros fizeram com que o estoque da dívida crescesse enormemente. Apesar de os países devedores terem pago uma ou mais vezes o equivalente ao que lhes fora emprestado, este argumento é fundamentado com dados relativos aos pagamentos efetuados por conta de juros e amortizações.

Os países integrantes do Mercosul, assim como os demais países endividados do mundo, são dotados de imensa dívida interna, provocada por políticas econômicas que visam atrair capitais estrangeiros e evitar as suas saídas. E, para isso, as taxas de juros são fixadas várias vezes superior aos juros internacionais. Para exemplificar, em maio de 2000, a taxa de juros anual norte-americana foi de 6%, enquanto que, no Brasil, ela era de 18%, sendo que, em novembro de 1997, chegou a ser de 42%. Portanto, com os juros altíssimos, para atrair capitais estrangeiros ou para manter os mesmos aplicados nos mercados internos, esses países aumentam também suas dívidas internas (GONÇALVES & POMAR, 2000).

---

<sup>†††</sup> Taxa Tobin – Tributo proposto por James Tobin para taxar as transações de câmbio.

No ano de 1999, a dívida externa dos quatro países integrantes do Mercosul era de 405,5 bilhões de dólares, equivalente a 50% de toda a dívida externa da América Latina, sendo que Brasil e Argentina são os responsáveis pela maior fatia desse bolo. (ver Tabelas 2 e 3).

#### **4 Conclusões**

Considerando os dados constantes nas Tabelas 2 e 3, verifica-se que a dívida externa dos países integrantes do Mercosul é elevadíssima. Além de ser um problema para as populações de cada nação, a dívida que emperra a consolidação do Mercado Comum do Sul, pois a dependência externa gerada por consequência da dívida determina que as políticas internas de cada país sejam elaboradas pelos organismos internacionais sem que sejam priorizadas as políticas de integração.

Portanto, é fundamental que a solução seja apontada pelos próprios devedores, através de uma coalizão entre os países em desenvolvimento, buscando a negociação conjunta da dívida externa real, a inserção no mercado de consumo de vastos setores excluídos e a discussão de uma pauta de interesses comunitários. Tratando em conjunto a problemática da dívida externa, a partir daí, poderá ser questionada a ordem econômica mundial com suas elites que excluem e oprimem homens, mulheres e crianças.

#### **Referências Bibliográficas**

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **Segurança econômica do Brasil**. Folha de São Paulo. São Paulo, 22, jun. 2000.

- BASTOS, Vânia Lomônaco e SILVA, Maria Luíza Falcão. **Para entender as economias do terceiro mundo.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- BIONDI, Aloysio. **Fim do neoliberalismo, a virada.** Revista Caros Amigos. São Paulo, julho, 2000.
- BOUÇAS, Valentim F. **História da dívida externa.** Rio de Janeiro, Edições Financeiras, 1950.
- GONÇALVES, Reinaldo & POMAR, Valter. **O Brasil endividado: como nossa dívida aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.